

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2014**

DENOMINAÇÃO: ASMAN
Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova

MORADA: Rua Heróis do Ultramar, s/n

LOCALIDADE: Gueifães

FREGUESIA: Gueifães

CONCELHO: Maia

COD. POSTAL: 4470-057

Emilio Valentim Gomes Ricon Peres

(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Gueifães, 21 de Março de 2015

Gueifães, 21 de Março de 2015

ASSINATURAS:

Maria Fernanda Esteves Monteiro Drumond Freitas

ASSINATURA DO PRESIDENTE

José Assunção Peixoto Mendes

Fernando António Ferreira Leite

Natércia Maria Martins Oliveira

ASMAN

Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova

Anexo às Demonstrações Financeiras

2014

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Ativos Intangíveis	9
7	Custos de Empréstimos Obtidos	10
8	Inventários	10
9	Rédito	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
11	Benefícios dos empregados	11
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
13	Outras Informações	12
13.1	Investimentos Financeiros	12
13.2	Clientes e Utentes	12
13.3	Outras contas a receber	12
13.4	Diferimentos	13
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
13.6	Fundos Patrimoniais	13
13.7	Fornecedores	13
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
13.9	Outras Contas a Pagar	14
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
13.11	Fornecimentos e serviços externos	14
13.12	Aumentos / reduções de justo valor	14
13.13	Outros rendimentos e ganhos	15
13.14	Outros gastos e perdas	15
13.15	Resultados Financeiros	15
13.16	Outras Informações relevantes	15
13.17	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

A “ASMAN – Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 220 , III Série de 22-09-1994, com sede na Rua Heróis do Ultramar s/n, Gueifães, Maia . Tem por fim a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças, jovens, famílias e idosos e o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, prosseguindo como principais objetivos:

- Criar estruturas e valências que permitam dar respostas às necessidades da população alvo e diagnosticar as situações socialmente graves;
- Apoiar e acompanhar todas as crianças e jovens, nomeadamente as crianças com necessidades educativas especiais e respetivas famílias;
- Apoiar e favorecer a integração social e comunitária;
- Proteger os cidadãos na velhice e invalidez em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade de trabalho.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro

detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2013	Adições	Abate	Transferência	31-12-2014
Terreno	359.670,00				359.670,00
Edifício	49.879,79				49.879,79
Equipamento Básico	27.571,90				27.571,90
Equipamento de Transporte	66.528,73				66.528,73
Equipamento Administrativo	42.918,98				42.918,98
Investimentos em curso - Edifício	584.528,67	806.335,24			1.390.863,91
Ativo Tangível Bruto	1.131.098,07	806.335,24	0,00	0,00	1.937.433,31
Depreciações Acumuladas					
Edifício	13.966,40	997,60			14.964,00
Equipamento Básico	26.616,82	732,46			27.349,28
Equipamento de Transporte	66.528,73	0,00			66.528,73
Equipamento Administrativo	42.233,72	647,12			42.880,84
Depreciações Acumuladas	149.345,67	2.377,18	0,00	0,00	151.722,85
Ativo Tangível Líquido	981.752,40	803.958,06	0,00	0,00	1.785.710,46

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2013	Adições	Abate	Transferência	31-12-2014
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
Ativo Intangível Bruto	3.297,35	0,00	0,00	0,00	3.297,35
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
Amortizações Acumuladas	3.297,35	0,00	0,00	0,00	3.297,35
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Neste caso estão a ser capitalizados na rubrica «Investimentos em curso» (ver nota 3.2.7).

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	50.000,00	340.000,00	390.000,00	0,00	340.000,00	340.000,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	6.385,78	0,00	6.385,78
Total	50.000,00	340.000,00	390.000,00	6.385,78	340.000,00	346.385,78

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Montepio	0,00	13.777,06	13.777,06	0,00	13.652,93	13.652,93
CGD	0,00	878,25	878,25	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	14.655,31	14.655,31	0,00	13.652,93	13.652,93

Em Dezembro de 2014, através de aditamento ao contrato, foram alteradas as condições de reembolso do empréstimo do Montepio. O prazo contratual passou para 124 meses (eram 82) e o período de carência de capital de 22 para 40 meses.

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2014	31-12-2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	522,28	532,96
Total	522,28	532,96

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2014	2013
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	532,96	808,92
Compras	3.085,08	2.960,69
Doações	4.274,41	8.695,87
Saldo Final	522,28	532,96
Gastos do Período	7.370,17	11.932,52

9 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	2014	2013
Prestação de Serviços	70 433,71	75 510,90
Quotas do Utilizadores (mensalidades)	68 566,21	73 749,90
Quotas e Jóias	1 867,50	1 761,00
Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	1 962,89
Venda Natal / Páscoa	0,00	574,49
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,18
Outros	300,00	1 388,22
Total	70 733,71	77 473,79

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	2014			2013			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	702.463,74		487.498,01	702.463,74		484.803,12
IEFP	Não Reembolsável			8.237,84			6.653,74
C.M. Maia	Não Reembolsável	267.565,14		738,22	268.303,36		738,22
Total		970.028,88	0,00	496.474,07	970.767,10	0,00	492.195,08

No âmbito do protocolo de constituição de uma linha de crédito de apoio à economia social entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a CNIS e a Caixa Económica Montepio Geral, a ASMAN contraiu um empréstimo em 2012, com taxa de juro bonificada, para financiamento da construção do novo edifício.

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2014 e 2013, foram de “11”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2013 e 2014 foi de “28”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	18.000,00	18.000,00
Remunerações ao pessoal	357.700,74	342.581,73
Indemnizações	1.086,36	453,00
Encargos sobre as Remunerações	74.229,69	70.707,99
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.111,35	1.958,60
Outros Gastos com o Pessoal (inclui estágios IEFP)	13.869,32	13.290,20
Total	466.997,46	446.991,52

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	141,64	34,98
Total	141,64	34,98

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Ativo		
Utentes	1.173,96	695,67
Total	1.173,96	695,67
Clientes e Utentes c/c		
Passivo		
Adiantamento de Utentes	0,00	57,38
Total	0,00	57,38

13.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Outros Devedores	2.148,00	2.098,00
Estado e outros Entes Públicos		
ISS – PARES - Edifício	165.709,27	480.107,55
CM Maia - Edifício	69.863,47	166.078,36
lefp	592,95	7.433,31
Total	238.313,69	655.717,22

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4.048,98	3.382,39
Outros – Stock venda natal e cabazes	268,99	1.064,82
Total	4.317,97	4.447,21
Rendimentos a Reconhecer		
Iefp – Estágio profissional	0,00	6.806,49
Total	0,00	6.806,49

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	1.094,57	2.299,52
Depósitos à ordem	86.103,91	198.618,60
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	87.198,48	200.918,12

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.239,65	0,00	0,00	2.239,65
Resultados transitados	4.438,21	0,00	-26.043,69	-21.605,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.352.272,31	2.763,00	-738,22	1.354.297,09
Total	1.358.950,17	2.763,00	-26.781,91	1.334.931,26

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	776,10	1.958,82
Total	776,10	1.958,82

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	125.629,67	24.666,72
Total	125.629,67	24.666,72
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.192,50	6.539,31
Segurança Social	12.723,10	12.561,64
Fundos de Compensação do Trabalho	0,00	12,61
Total	18.915,60	19.113,56

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		436.118,05		102.872,29
Credores por acréscimo de gastos		60.631,93		58.664,48
Outros credores		7,76		0,00
Total	0,00	496.757,74	0,00	161.536,77

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	495.735,85	491.456,86
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações (donativos dinheiro e espécie)	44.961,16	48.954,13
Total	540.697,01	540.410,99

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos - Gertal	10.763,58	12.963,08
Serviços especializados	36.231,24	49.265,97
Materiais	3.123,02	5.391,61
Energia e fluidos	15.327,52	14.762,83
Deslocações, estadas e transportes	2.309,19	1.881,85
Serviços diversos	21.968,22	46.911,72
Encargos com utentes	4.570,55	5.359,41
Total	94.293,32	136.536,47

13.12 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2014 ganhos por aumento do “justo valor” no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2014
FCT – Fundo Compensação Trabalho	1,33
Total	1,33

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares (Venda Natal / Páscoa)	0,00	574,49
Correções períodos anteriores	374,61	0,00
Imputação subsídios para investimento	738,22	738,22
Injunções Tribunal	150,00	0,00
Indemnização Seguro	150,00	650,18
Total	1.412,83	1.962,89

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	4.846,93	4.566,95
Dívidas incobráveis (utentes)	665,69	285,43
Quotizações	310,00	310,00
Fundo Reestruturação Setor Solidário	136,83	0,00
Outros Gastos e Perdas	0,11	1.042,50
Donativos – Cabazes e vestuário	33.917,22	35.381,32
Total	39.876,78	41.586,20

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,52	1.310,59
Total	2,52	1.310,59
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-2,52	-1.310,59

13.16 Outras Informações relevantes

As valências estão a funcionar em instalações cedidas gratuitamente pela Câmara Municipal da Maia e pela Coopermaia.

13.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gueifães, 31 de Dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 785 710,46	981 752,40
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	13.1	141,64	34,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1 785 852,10	981 787,38
Activo corrente			
Inventários	8	522,28	532,96
Clientes	13.2	1 173,96	695,67
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.8	125 629,67	24 666,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	13.3	238 313,69	655 717,22
Diferimentos	13.4	4 317,97	4 447,21
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	13.5	87 198,48	200 918,12
		457 156,05	886 977,90
Total do activo		2 243 008,15	1 868 765,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	2 239,65	2 239,65
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.6	-21 605,48	4 438,21
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	1 354 297,09	1 352 272,31
		1 334 931,26	1 358 950,17
Resultado líquido do período		1 627,45	-26 043,69
Total do fundo de capital		1 336 558,71	1 332 906,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	340 000,00	340 000,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		340 000,00	340 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	776,10	1 958,82
Adiantamentos de Clientes	13.2	0,00	57,38
Estado e outros entes públicos	13.8	18 915,60	19 113,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	50 000,00	6 385,78
Diferimentos	13.4	0,00	6 806,49
Outras contas a pagar	13.9	496 757,74	161 536,77
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		566 449,44	195 858,80
Total do passivo		906 449,44	535 858,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 243 008,15	1 868 765,28

A Direção

O TOC

ASSOC. SOLID. SOC. MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte: 502981482

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	9	70.433,71	75.510,90
Subsídios, doações e legados à exploração	13.10	540.697,01	540.410,99
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	7.370,17	11.932,52
Fornecimentos e serviços externos	13.11	94.293,32	136.536,47
Gastos com o pessoal	11	466.997,46	446.991,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	13.12	1,33	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13.13	1.412,83	1.962,89
Outros gastos e perdas	13.14	39.876,78	41.586,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		4.007,15	-19.161,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	2.377,18	5.571,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.629,97	-24.733,10
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	13.15	2,52	1.310,59
Resultados antes de impostos		1.627,45	-26.043,69
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.627,45	-26.043,69

A Direção

O TOC

ASSOC. SOLID. SOC. MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		70 414,18	74 529,80
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-70 834,23	-61 830,56
Pagamentos ao pessoal		-430 736,72	-401 687,05
Caixa gerada pelas operações		-431 156,77	-388 987,81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		498 713,70	707 507,88
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		67 556,93	318 520,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-626 026,57	-94 773,80
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		413 376,17	15 332,82
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-212 650,40	-79 440,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		50 000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		2 417,44	4 272,58
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-50 000,00
Juros e gastos similares		-14 657,83	-14 959,81
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-6 385,78	-6 385,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		31 373,83	-67 073,01
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-113 719,64	172 006,08
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		200 918,12	28 912,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.5	87 198,48	200 918,12

A Direcção

O TOC